

AÇÃO DE FALA, AGIR COMUNICATIVO E INTERAÇÃO ESTRATÉGICA EM JÜRGEN HABERMAS

**SPEECH ACT, COMMUNICATIVE ACTION, AND STRATEGIC INTERACTION IN
JÜRGEN HABERMAS**

Adelino Pereira da Silva¹

Resumo:

Esse artigo aborda alguns tópicos da teoria de Jürgen Habermas, como a *ação de fala*, o *agir comunicativo* e a *interação estratégica*. Procuramos mostrar como esses conceitos moldam o diálogo e a vida em sociedade e como o filósofo aludido separa o uso da fala para controle – que ele chama de interação estratégica – e a conversa focada no entendimento mútuo, assim definido como um *agir comunicativo*. Enquanto a interação estratégica tenta alcançar feitos pessoais, às vezes por meio de controle, o *agir comunicativo* busca o acordo *verdadeiro* entre as pessoas. Essa ação de fala, baseada em ‘verdadeira justiça’ e sinceridade, é vista como muito importante para sociedades mais democráticas e justas. Portanto, discutimos também sobre os perigos que a prevalência da interação estratégica na sociedade trará para diálogo público, a ponto de romper com a coesão social, principalmente em contextos de mercado e política. A discussão nos orienta sobre a necessidade de guardar o ‘lugar comum’ de mudanças enganosas, criando um espaço em que a ‘conversa verdadeira’ e em comunidade pode ser basilar às escolhas e ‘atos de todos’.

Palavras-chave: Ação de Fala. Agir Comunicativo. Interação Estratégica. Jürgen Habermas.

Abstract:

This article addresses some key topics in Jürgen Habermas's theory, such as speech act, communicative action, and strategic interaction. We aim to show how these concepts shape dialogue and life in society, and how the aforementioned philosopher distinguishes between the use of speech for control – which he calls strategic interaction – and conversation aimed at mutual understanding, which he defines as communicative action. While strategic interaction seeks personal gains, sometimes through control, communicative action strives for genuine agreement between individuals. This speech act, grounded in ‘true justice’ and sincerity, is viewed as crucial for more democratic and fair societies. Therefore, we also discuss the dangers that the dominance of strategic interaction in society may pose to public dialogue, potentially undermining social cohesion, especially in market and political contexts. The discussion guides us toward the need to safeguard the ‘common ground’ from deceptive changes, creating a space in which ‘genuine conversation’ within a community can serve as a foundation for collective choices and actions.

Keywords: Speech Act. Communicative Action. Strategic Interaction. Jürgen Habermas.

¹ Doutor em Filosofia (UFPE/UFPB/UFRN). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (Professor Temporário). E-mail: ade.lino@yahoo.com.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4952393798602702>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8283-9904>

Introdução

A comunicação continua sendo um fenômeno fundamental na vida social humana, em que membros individuais constituem significado, relacionamento e coordenação por meio de mensagens. Podemos dizer que a comunicação resulta em diferentes tipos de interações sociais que, subsequentemente, levam à dinâmica de relações intersubjetivas e sistemas sociais mais amplos. Nesse contexto, podemos citar Jürgen Habermas, um dos filósofos e sociólogos mais influentes da atualidade, que se demonstra preocupado, na maioria de seus escritos, com questões sobre o papel da linguagem e da comunicação nas formações sociais. A questão que sua teoria do *agir comunicativo* faz é esta: como a compreensão e a coordenação social devem ser alcançadas na mobilização reflexiva de sociedades, cada vez mais complexas e diferenciadas, nas quais a ação instrumental para a busca dos próprios interesses tende a assumir o controle?

Nascido na Alemanha, em 1929, Habermas se destaca como um dos principais representantes do que é conhecido como a Escola de Frankfurt da “segunda geração”, que desenvolveu ainda mais uma “nova” vertente da Teoria Crítica. Ao contrário de seus predecessores pessimistas, Adorno e Horkheimer, Habermas propôs uma redefinição da racionalidade moderna. Ele define, portanto, dois tipos diferentes de racionalidade: uma, que ele chama de instrumental, ligada à eficiência técnica e ao controle de um mundo “objetivo”, e outra, chamada comunicativa, tendendo a alcançar entendimento e acordo por meio do discurso. De acordo com Habermas, é na comunicação que o potencial de “emancipação da razão” é atualizado, desde que, é claro, os agentes falantes queiram entender e não apenas sejam manipuladores uns com os outros em relação a certos objetivos.

Este artigo aborda três conceitos centrais que Habermas (2012a; 2012b 2013) desenvolveu ao resolver o problema acima: interação estratégica, agir comunicativo e ato de fala. O termo “ação de fala” se refere a um ato que um falante realiza quando faz uma declaração, no sentido de prometer, perguntar ou afirmar, por exemplo. Habermas, como Austin e John Searle, desenvolve ainda mais a teoria dos atos de fala para demonstrar que a linguagem não é meramente um veículo para transmitir informações, mas um modo de interação em que as relações sociais e os compromissos sociais são feitos por seus usuários.

Este conceito de *ação de fala* leva Habermas (2012a) à ideia de *ação comunicativa* (ou agir comunicativo) – interação na sociedade na qual as partes atuantes se esforçam não apenas para chegar a um acordo, mas para fazê-lo com base em convicção não forçada, não com o propósito meramente de realizar algo. É isso, então, que a ação comunicativa é para Habermas: somente um tipo de coordenação de ação com acordo mútuo sobre reivindicações de validade que apresenta a ideia de interlocutores sendo capazes de levantar e avaliar questões de validade de suas proposições como iguais de uma maneira aberta e democrática. É esse tipo de interação que forma os blocos de construção da vida no domínio público, e ele, portanto, oferece nela um modelo de maneiras razoáveis com o acordo de que a personalidade participa de sua responsabilidade. E, assim, a resolução envolve um acordo consigo mesmo.

Por outro lado, Habermas (2012a) usa o termo *interação estratégica* para se referir à forma de discurso pela qual os atores, usando a linguagem para objetivos individuais, manipulam ou subjagam outros por meio de manipulação psicológica para aumentar seu próprio benefício. A interação estratégica, como aquela entre o mercado e o sistema político, é típica da esfera social; a comunicação aqui é guiada

pela obtenção de fins individuais ou institucionais, não pelo entendimento mútuo. Embora Habermas admita que há certos contextos nos quais a interação estratégica é quase inevitável, ele adverte contra sua hegemonia, especialmente quando invade o espaço público, corrompendo qualquer possibilidade de diálogo racional e democrático.

Neste artigo, este último será conduzido tentando detalhar as relações entre esses conceitos citados anteriormente e quais suas consequências para a teoria da ação social de Habermas. Uma profunda tensão que marca a vida social moderna também será analisada, uma vez que a diferença entre *ação comunicativa* e *interação estratégica* se expressa nela, por meio da qual a linguagem oscila entre tentativas de compreensão e usos estratégicos para manipulação e controle. Ao fazê-lo, a relevância da teoria de Habermas para uma compreensão de fenômenos como política democrática na sociedade contemporânea, desinformação e comunicação por meio de mídias sociais é destacada.

A distinção entre ação comunicativa e interação estratégica trará à tona o aspecto na obra de Habermas que funciona como o fio condutor de seu pensamento: que a comunicação pode constituir uma base concreta para uma forma inclusiva e emancipatória de racionalidade. Uma boa comunicação pública é uma condição essencial para a resolução de conflitos e o estabelecimento de consenso legítimo em sociedades democráticas. Portanto, a compreensão desses conceitos permite não apenas um diagnóstico das modalidades de comunicação existentes no mundo atual, mas também a formulação de uma visão normativa sobre como a comunicação deve ser organizada para engendrar uma ordem social mais racional, participativa e democrática.

Ação de fala e comunicação em Habermas

A teoria dos atos de fala influenciou significativamente o desenvolvimento da teoria da comunicação de Jürgen Habermas. Para explicar a relação entre linguagem e ação social, o conceito de ação de comunicação é desenvolvido por ele com base no trabalho já estabelecido por filósofos como J.L. Austin e John Searle, os quais teriam iniciado o equilíbrio apropriado entre usos descritivos e informativos da linguagem com relação às suas funções performáticas. Habermas, contudo, não se limita a essas perspectivas, mas as desenvolve e amplia para que abranjam uma dimensão intersubjetiva e ética mais geral. Para ele, a linguagem é como os indivíduos coordenam principalmente ações e constroem a ordem social em contextos democráticos e racionais.

Assim, para entender como Habermas chega ao conceito de *ação da fala*, é necessário primeiro refazer os passos de Austin e Searle, cujo trabalho inaugura o que conhecemos como “filosofia da linguagem comum”. Em *How to Do Things with Words* (1962), Austin (1990) argumenta que quando as pessoas falam, elas estão fazendo muito mais do que apenas descrever o mundo; elas estão realizando ações. Ele define três tipos de atos que uma pessoa faz ao falar: atos locucionários (simplesmente dizer algo), atos ilocucionários (realizar um ato dizendo algo, como prometer, ordenar ou perguntar) e atos perlocucionários (o efeito que a fala exerce sobre o ouvinte, como convencer ou assustar). Essa teoria é desenvolvida e refinada posteriormente pelo seu aluno John Searle, em *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language* (1969). O esforço de Searle (2011) com esse escrito foi de sistematizar os tipos de atos que as pessoas realizam quando falam e estabelecer condições sobre as quais se pode dizer que foram executados corretamente. Um

ato de fala é, portanto, definido por ter regras que governam seu uso (muitas dessas regras são sobre a intenção do falante e as condições do contexto). Por exemplo, para ser válido como uma promessa, é preciso ter a intenção de fazer o que se prometeu fazer – e o ouvinte deve acreditar que o falante pode fazer o que é prometido.

Portanto, Habermas toma e desenvolve as visões de Austin e Searle, especialmente com relação aos *atos ilocucionários* para sua teoria da *ação comunicativa*. A principal contribuição de Habermas nesse contexto é mudar o foco da análise dos atos de fala do nível individual (o falante e sua intenção) para o nível intersubjetivo, em que a prioridade é dada ao papel da comunicação na racionalidade compartilhada que será construída para os participantes do discurso. Tais atos ilocucionários tornam-se sobremaneira importantes para Habermas, uma vez que ao fazer uma afirmação, o falante não age sozinho, mas entra em interação com outros. Deste modo, ele define *ação de fala* como um tipo de ação coordenada entre sujeitos em uma aceitação intersubjetiva, que é implícita em todas as ações comunicativas e que visa tal coordenação por meio da fala. É quando as reivindicações de validade vêm à tona, ou seja, ao falar, que o falante implicitamente levanta três reivindicações de validade do que eles comunicam: verdade, correção normativa e afirmação de veracidade.

Para Habermas (2012a), a ‘novidade’ se revela ao propor que toda prática comunicativa significativa implica um comprometimento com essas três reivindicações de validade, apontam para critérios que se tornam primordiais quando consideramos a comunicação como uma obtenção racional e compreensível entre interlocutores:

a) *Reivindicação de Verdade*: significa a qualidade das palavras que correspondem adequadamente ao mundo objetivo. Sempre que o falante faz uma declaração sobre o mundo, como quando ele diz, “A Terra gira em torno do Sol”, ele implicitamente convida o ouvinte a aceitar essa declaração como verdadeira. E essa afirmação pode ser desafiada por sua validade: se assim for, o falante deve estar em posição de oferecer razões ou evidências em apoio a isso;

b) *Reivindicação de correção normativa*: tem a ver com a validade das normas ou regras sociais ditas ou implícitas em um ato de fala. Quando um falante sugere um ato, ou faz uma declaração normativa, ele está projetando que essa norma específica se encaixa no sistema de valores compartilhados pela comunidade; se os ouvintes sentirem que a norma sugerida não é justa ou adequada, essa afirmação pode ser contestada;

c) *Afirmação de veracidade*: refere-se à sinceridade do falante em suas reais intenções e sentimentos. Quando o falante faz uma expressão de algo subjetivo, como “Estou triste”, ele ou ela está indiretamente pedindo ao ouvinte para aceitar que o que ele ou ela está dizendo é verdadeiro e real: se o ouvinte não vir ou sentir a sinceridade, então a validade dessa comunicação estará em dúvida.

Essas três afirmações de validade são os blocos de construção básicos no modelo de Habermas por trás do entendimento de que a comunicação pode ser capaz de funcionar como coordenação de ação social. O que diferencia a comunicação racional e emancipatória de outras formas de interação – por exemplo, manipulação ou coerção – é a disposição dos participantes de argumentar, discutir e colocar essas afirmações em testes, o que, então, acaba sendo a base para a compreensão mútua. Por isso, a ação da fala não é apenas um meio de comunicação, mas, conforme o filósofo, o modo básico de coordenação da interação social. Aqui, os indivíduos podem alinhar suas expectativas, compartilhar

objetivos comuns e chegar a um acordo. A comunicação surge, portanto, como um veículo crítico tanto para a formação de normas sociais quanto para a coerência em sociedades complexas. Quando indivíduos compartilham a realização de um ato de fala, eles não apenas trocam informações, mas também criam um vínculo intersubjetivo que pode ser transposto para um acordo normativo.

Podemos articular, pois, que a ação comunicativa nos termos de Habermas é o que torna possível superar diferenças por meio de argumentação racional. Quando um falante levanta uma reivindicação de validade, ele emite um convite aos outros participantes na situação de comunicação para questionar essa reivindicação, e o processo do discurso prossegue como uma tentativa de fornecer uma justificativa racional para a reivindicação de validade. Tal argumentação, em Habermas, é importante, pois forma a base para que o consenso democrático seja alcançado de forma não violenta por meio do conflito.

Por seu turno, Habermas (2012a) postula ainda que a comunicação levará à emancipação no sentido de que a interação de indivíduos em ação comunicativa constrói uma situação em que pelo menos a dominação e a coerção podem ser excluídas – para contrastar com a ação estratégica para atingir a competência por meio da manipulação e do controle (que distorcem ou suprimem o diálogo).

Na *ação de fala* existe a oportunidade para as pessoas desafiar estruturas opressivas e normas injustas, uma vez que as reivindicações de validade podem ser contestadas e negociadas. A partir da potencialidade de emancipação extraída do discurso verdadeiramente comunicativo, essas reivindicações devem ser testadas e negociadas, criando assim espaço para autonomia e liberdade. Assim, o próprio Habermas (2012a) admite que, na prática, a *ação da fala* é frequentemente restringida por obstáculos. A colonização do mundo da vida pelo sistema – efetivamente, implantando esferas como o mercado e o poder político naquelas da vida cotidiana e da comunicação – distorce as ações entre os comunicantes. Frequentemente, as reivindicações de validade simplesmente não são dadas ou são distorcidas para atender aos propósitos da comunicação, que é realizar interesses individuais ou estratégicos. Este, afirma Habermas, é um dos maiores desafios para alcançar uma esfera pública saudável, na qual a ação comunicativa poderia se desenvolver.

Na verdade, podemos perceber que, a *ação da fala*, conforme apresentado por Habermas, é um meio aparentemente básico para a coordenação social do qual a formação de consenso racional em sociedades democráticas depende. No entanto, seguindo as elaborações de Austin e Searle, Habermas desenvolve ainda mais a concepção de comunicação como uma atividade intersubjetiva fundada em reivindicações de validade, que no uso correto podem desenvolver alguns laços de entendimento e proporcionar emancipação social. É na e por meio da fala que os indivíduos não apenas se relacionam, mas também constroem e questionam as normas que governam suas ações coletivas, portanto, a vida social – o que nos leva a refletir, nesse contexto, sobre a abordagem habermasiana da *ação comunicativa*.

Ação comunicativa

Em seu trabalho, Habermas reservou para o conceito de *ação comunicativa* um lugar importante em sua Teoria da Ação Comunicativa (1981). Estabelecendo tal objetivo, ele aborda a interação social por um ângulo que não é meramente *instrumental*, mas não simplesmente agindo para garantir ganhos ou maximizar resultados. Já de início, podemos dizer que a ação comunicativa é o diálogo racional

e o entendimento compartilhado de todos os participantes da interação. Durante essa ação, os indivíduos coordenam seu comportamento com outros com base em um consenso legítimo e gerado discursivamente. O contraste entre essas formas de ação e aquelas discutidas anteriormente é imediatamente aparente quando se considera formas de interação orientadas ao sucesso (como, por exemplo, a interação estratégica) que refletem a crescente preocupação de Habermas (2012a) com a racionalidade intersubjetiva como um tipo de emancipação e integração social.

A ação comunicativa é entendida, principalmente, como um tipo de intercâmbio social em que as pessoas se envolvem em tentativas – por meio da linguagem – de entendimento mútuo sobre suas intenções, crenças e objetivos compartilhados. A noção revela que os participantes são dedicados à intersubjetividade, comprometidos em construir um acordo racional que concorde com todos mediante razões comuns (Habermas, 2012a). Pois, ao contrário da ação instrumental ou estratégica que usa a comunicação como um meio de manipular, influenciar ou controlar, a ação comunicativa pressupõe que os sujeitos admitirão mudar seus pontos de vista por meio de um processo de verdade argumentativamente encontrado.

Podemos articular, assim, que a ação comunicativa acaba sendo fundamentalmente diferente de outros tipos de ação social, como a *ação instrumental* e a *ação estratégica*. Por exemplo, a ação instrumental descreve ações humanas quando o principal interesse é manipular a natureza de tal forma que algo mais – o resultado –, como na ciência ou tecnologia (Habermas, 2012a). Já a ação estratégica concentra a atenção em influenciar o comportamento de outros para garantir o sucesso individual ou coletivo de alguns atores, por exemplo, negociação ou competição. A ação comunicativa, no entanto, não é concebida como um sucesso para um ator, mas como uma tentativa de chegar a um entendimento, e isso deve ser feito por meio da razão e da argumentação justificada.

Ainda em relação à ação comunicativa, Habermas (2012a) argumenta que o processo de interação pode envolver o levantamento de diferentes tipos de reivindicações pelos participantes, que ele chama de “pretensões de validade”, verificadas e então aceitas ou rejeitadas por meio do processo de comunicação. Essas pretensões de validade – verdade, correção normativa e veracidade –, constituem a parte mais central da ação comunicativa porque pode ser sustentado que elas garantem que o diálogo em andamento seja conduzido com aplicabilidade adequada de forma racional e cooperativa.

Nas palavras do próprio Habermas,

A verdade é uma pretensão de validade que associamos a enunciados na medida em que os afirmamos. As afirmações pertencem à classe dos actos de fala constativos. Ao afirmar algo, faço valer a pretensão de que o enunciado que afirmei é verdadeiro. Posso fazer valer esta pretensão de forma legítima ou de forma ilegítima. As afirmações não podem ser nem verdadeiras nem falsas, são, isso, sim, legítimas ou ilegítimas (Habermas, 2010, p. 183).

Portanto, conforme Habermas (2010), a pretensão de *verdade* refere-se à correspondência das declarações feitas sobre o mundo objetivo. Quando um falante faz uma declaração factual, ele está implicitamente pedindo aos outros participantes que aceitem essa declaração como verdadeira. Se houver dúvida ou disputa, pode ser considerada uma questão de se essa reivindicação é ou não

precisa e correspondente à realidade. A melhor maneira de resolver essas questões é sair para o mundo real e verificar.

Já a *reivindicação de correção normativa* diz da validade das normas ou valores sociais que fundamentam a ação em questão. Quando os participantes se comunicam, seus atos de fala não são usados apenas para fazer declarações que são factualmente certas ou erradas, mas também para alegar que certas normas devem orientar o comportamento descrito (como em “Devemos agir dessa forma porque é moralmente correto”). A alegação de correção normativa repousa na presunção de que essas normas são justificáveis e intersubjetivamente aceitáveis.

Por fim, a *alegação de veracidade se relaciona com a afirmação em uma alegação*, que consiste na sinceridade do falante. Quando uma pessoa lhe conta sobre suas intenções, sentimentos ou crenças pessoais particulares, ela espera que você acredite no que ela diz. Veracidade implica não mentir ou tentar enganar e manipular as pessoas deliberadamente, mas garantir que a comunicação seja baseada na honestidade.

Para que uma interação seja considerada racional e orientada para o entendimento, essas alegações de validade devem ser cumpridas simultaneamente. Na comunicação genuína, de acordo com Habermas (2012b), cada uma dessas alegações está sujeita a uma possibilidade muito forte de ser desafiada, com defensores obrigados a estar disponíveis quando necessário. Quando se chega a um acordo, ele se baseia no que é conhecido como consenso legitimamente construído — ou seja, não em um compromisso enquanto resultado de coerção ou manipulação.

Neste sentido, um diferencial que podemos destacar no pensamento de Habermas foi a sua defesa do que ele veio a chamar de “racionalidade comunicativa” em contraste com a “racionalidade instrumental”. Ela se baseia em uma distinção entre a racionalidade dos meios e a racionalidade dos fins. Assim, o foco está nos processos de obtenção de entendimento, não no resultado de um processo específico de tomada de decisão. Na maioria das vezes, dependendo do campo, o contexto pode ser ciência, economia ou tecnologia para maximizar o efeito e a dominação sobre a natureza.

Em contraste, a racionalidade comunicativa se refere à capacidade de justificação de ações ou crenças individuais por meio do diálogo e da argumentação. Ou seja,

Não obstante, a compreensão pós-tradicional das normas se entrelaça com um conceito de racionalidade comunicativa, o qual pode se tornar atual à proporção que as estruturas do mundo da vida se diferenciam e os membros cultivam interesses *próprios*, divergentes (Habermas, 2012b, p. 75).

No supracontexto da ação comunicativa, a racionalidade deve resultar não de cálculos de custo-benefício, mas da qualidade e força dos argumentos (Habermas, 2012a, 2012b). Habermas argumenta que a razão humana não está apenas “no” mundo técnico-científico, mas também se expressa na vida social, quando as pessoas se relacionam em entendimento cooperativo. Este é o tipo de racionalidade que é intersubjetiva porque pode ser atualizada apenas na medida em que os participantes comunicativos estejam dispostos a se comprometer com uma troca argumentativa honesta e aberta.

Este modelo de racionalidade comunicativa tem enormes implicações para a vida democrática e a construção do consenso social. Habermas argumenta que as sociedades modernas precisam desenvolver mais e melhores espaços públicos para

o desenvolvimento da ação comunicativa, a discussão, por parte dos cidadãos, de questões de interesse comum, que podem permitir que os conflitos sejam resolvidos racional e consensualmente. A esfera pública, portanto, é tomada, neste sentido, como um lugar para deliberação, para que reivindicações de validade sejam levantadas, questionadas e defendidas.

Nesse contexto, outro conceito que destacamos na teoria de Habermas (2012b) é o *mundo da vida* (*Lebenswelt*) – definido como um horizonte compartilhado de entendimentos culturais, valores e normas que compreendem o contexto no qual a interação comunicativa ocorre. O *mundo da vida* é o que fundamenta a comunicação, fornecendo, antes de tudo, fundos normativos e interpretativos nos quais os indivíduos podem coordenar suas ações, ao passo em que envolve línguas, tradições e conhecimento comum, bem como estruturas simbólicas para a possibilidade de coordenação suave entre pessoas pertencentes a uma comunidade. De acordo com Habermas (2012b), é constantemente reproduzido e restaurado pela ação comunicativa: está sob pressão de sistemas na sociedade moderna em que as condições de produção são cada vez mais infiltradas pelos imperativos do sistema: o sistema de mercado e os sistemas de poder político, que funcionam estrategicamente ou instrumentalmente. Em outras palavras, o sistema de colonização do mundo da vida basicamente ameaça a comunicação autêntica ao substituir a busca por ganhos ou perdas. Portanto, é contra essa colonização que, segundo Habermas, algumas das tarefas centrais da teoria crítica devem ser direcionadas, defendendo o espaço da ação comunicativa, contra as pressões que pesam em favor da racionalidade instrumental.

As implicações da ação comunicativa são profundas tanto para a ética quanto para a política. Em uma sociedade verdadeiramente democrática, os cidadãos teriam direitos iguais aos debates e processos de deliberação pública – isto é, direitos iguais à ação comunicativa – como maneiras de formar consenso legítimo. Consequentemente, a democracia vai além de apenas um conjunto de procedimentos formais, como eleições ou legislação: inclui a criação de condições para o diálogo e a criação de condições para a participação ativa e inclusiva nas decisões que afetam a comunidade.

De um ponto de vista ético, podemos ver a ação comunicativa como uma moralidade discursiva, por meio da qual as normas sociais são legitimadas em consenso racional. Em suas reflexões teórico-discursivas, Habermas afirma que normas e regras só podem ser entendidas como válidas se aceitas por todos os afetados, tendo em conta que a aceitação ocorre por meio de um processo de argumentação no qual cada participante é capaz de apresentar e questionar reivindicações. Tais reivindicações tornam a ação comunicativa mais do que apenas algo que fornece coordenação dentro de sistemas sociais: é também um princípio orientador para estruturar sociedades justas e democráticas.

O *mundo da vida* é o conceito denso do que Habermas (2012b) chama de “mundo da vida cotidiana” em certa extensão. É o horizonte interconectado e compartilhado de entendimentos culturais, valores e normas contra os quais todas as atividades comunicativas cotidianas ocorrem. O *mundo da vida* é tanto uma estrutura interpretativa quanto o pano de fundo normal em termos dos quais a ação coerente é possível por parte dos indivíduos, composta de tradições compartilhadas, conhecimento comum e estruturas simbólicas que permitem a comunicação bem-sucedida entre os membros de uma comunidade.

Como discutido também por Bettine (2021), a base do *mundo da vida* perpassa três interfaces: social, objetivo e subjetivo. Ele acrescenta que,

No Mundo da Vida, os sujeitos realizam uma série de tarefas, mais ou menos complexas, cercadas de significados. Podemos compreender as ações porque são racionais e, com o conhecimento delas, é possível construir as bases para uma teoria sociológica. Nesse aspecto, Habermas dialoga com Karl Popper⁸, particularmente no livro *Os Dois Problemas Fundamentais da Teoria do Conhecimento* para a construção de suas bases, propostas em quatro formas de “Agires”: (a) o Teleológico; (b) o Regulado Segundo Normas; (c) o Dramatúrgico; (d) o Comunicativo. Esses “agires” estão em uma sequência de profundidade e em níveis de inter-relação entre sujeitos, bem como no processo histórico de se apresentarem nas discussões acadêmicas. O agir teleológico vem da tradição aristotélica; o agir regulado por normas é weberiana; o agir dramatúrgico é ligado a Goffmann; e o agir comunicativo é habermasiano. Na discussão sobre o conceito de agir e seus quatro formatos, a TAC enfrenta o agir teleológico da tradição aristotélica. Segundo essa forma de agir, o sujeito realiza um propósito ou, por meio de ações racionais, provoca um estado almejado. Existe, portanto, a ideia de controle das pessoas à volta e o uso de poder e influência, sem a preocupação com valores éticos e morais; à medida que o sujeito escolhe meios auspiciosos, o telos (fim) da lógica – lógica dos fins –, os fins justificam os meios (Bettine, 2021, p. 21-22).

O *mundo da vida* é reproduzido por meio da ação comunicativa — para Habermas, é para sempre rejuvenescido. Entretanto, ele nos atenta para o fato de que, nas sociedades modernas, o *mundo da vida* sofre pressão crescente de vários sistemas, a saber, economias e políticas, que exercem poder com base em lógicas instrumentais ou estratégicas. A “colonização do mundo da vida” pelo sistema significa a ruína da comunicação genuína porque a busca pelo entendimento é substituída pelo cálculo de ganhos e perdas. Habermas (2012b) destaca que uma das principais tarefas da teoria crítica é combater essa colonização, protegendo esse espaço para a ação comunicativa do avanço da racionalização instrumental.

A ação comunicativa aponta uma profunda intuição ética e política em jogo. Isso leva, provavelmente, Habermas (2012a; 2012b) a argumentar que uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela em que os cidadãos podem participar de debates e processos de deliberação pública em pé de igualdade, usando a ação comunicativa como um meio para formar um consenso legítimo. A democracia, portanto, não se limita a um conjunto de procedimentos formais, como eleições ou legislação, mas requer o primeiro (ou seja, a criação de condições para o diálogo e participação inclusiva em decisões que afetam a comunidade) e não apenas a participação, mas o diálogo. Em termos éticos, podemos proferir que a ação comunicativa denota uma moralidade discursiva pela qual as normas sociais recebem sua legitimação por meio de acordo racional.

Possivelmente, tais questões, como as levantadas até aqui, levaram Habermas, em sua teoria do discurso, a argumentar que se deve considerar normas e regras válidas se elas surgirem de um processo discursivo no qual cada pessoa afetada pode participar de uma maneira direta e sem coerção e no qual todos são livres para desafiar argumentos e apresentar contra-argumentos. Portanto, a ação comunicativa, então, coordena ações sociais e serve como um princípio normativo para a estruturação de sociedades justas e democráticas.

Embora o modelo de ação comunicativa tenha sido muito influente, ele enfrentou muitas críticas. A mais comum é que o modelo racional de comunicação apresentado por Habermas talvez tenha expectativas excessivamente idealizadas sobre a ausência de poder, manipulação e desigualdade nas interações sociais. Por exemplo, teóricas feministas afirmam que em situações de desigualdade estrutural,

condições verdadeiramente iguais e racionais para a troca de discurso raramente são facilmente alcançadas. A comunicação informal é invariavelmente ofuscada por tais relações que refletem e distorcem o próprio discurso em que os membros não podem falar por si mesmos ou são ouvidos adequadamente.

Levando adiante a mesma crítica dos críticos da teoria crítica, pode-se afirmar que Habermas também deposita muita “confiança” na razão comunicativa — a racionalidade de argumentar e justificar — para resolver conflitos sociais. Na maioria dos casos, as pessoas têm interesses opostos e diferenças culturais ou morais muito profundas para que elas reconciliem suas opiniões. Isso significa que a busca por consenso pode às vezes ser uma ilusão; pode haver tipos de conflitos para os quais ações estratégicas ou mesmo coercitivas são necessárias.

Assim, percebe-se o quanto a ideia de *ação comunicativa* é central para a teoria social e política de Habermas. É uma visão através da qual normas podem ser criadas e permitem que indivíduos coordenem suas ações racionalmente e cooperativamente. Como a comunicação estratégica e instrumental molda o mundo, a ação comunicativa oferece uma alternativa que coloca maior valor no acordo e no consenso legítimo. Em sua racionalidade comunicativa, Habermas apresenta um modelo de interação social enfatizando argumentação, igualdade e participação inclusiva — a própria base sobre a qual uma democracia participativa e uma sociedade mais justa teriam que se sustentar. Entretanto, ele não descarta a possibilidade e a ação no mundo da vida da interação estratégica.

Interação estratégica segundo Habermas

A *interação estratégica* está presente na teoria de ação social de Habermas quando é colocada em uma linha de confronto com a ação comunicativa. Por exemplo, enquanto a ação comunicativa implica o próprio fato de que todos os participantes seguem uma racionalidade orientada para o entendimento, considerando reivindicações racionais de validade — a interação estratégica segue uma racionalidade instrumental, o que significa que os falantes buscam certos objetivos estreitamente definidos por meio de seu discurso — seus interesses estão em jogo. Consequentemente, nas passagens a seguir, desenvolvemos uma das possíveis leituras da interação estratégica na teoria habermasiana, onde as características e os contextos de sua aplicação devem ser considerados e refletidos sobre suas consequências para a vida social e política. Além disso, é perceptivo, a partir das discussões aqui levantadas, as implicações sociais que resultam desse tipo de interação e a conexão entre ela e a interação estratégica, pois se relaciona com a decadência da comunicação pública racional nas sociedades contemporâneas.

Podemos falar de uma *interação estratégica* como aquela que descreve contextos de comunicação quando o uso da linguagem não serve aos propósitos de alcançar um entendimento entre os participantes, como na ação comunicativa (Habermas 2012b). Mas, em vez disso, tem a intenção de influenciar os outros e atingir um fim. A principal preocupação é o sucesso pessoal ou do grupo, com a comunicação vista como a maneira de chegar a objetivos já determinados. Os interagentes estratégicos frequentemente escondem seus verdadeiros propósitos, usando manipulação ou persuasão de outros para atingir seus fins. Assim, a comunicação se torna uma via para contenção e não uma consideração aberta e troca de argumentos.

Na ação comunicativa, as reivindicações de validade (verdade, correção normativa e verdade) são indispensáveis se o consenso deve ser alcançado em um processo racional, mas na interação estratégica, tais reivindicações podem ser reflexivamente instrumentalizadas ou mesmo sistematicamente distorcidas. O que conta não é tanto a força de argumentos melhores do que os dos outros, mas a capacidade de coordenar o comportamento de alguém com o dos outros de uma forma que seja agradável ao interesse próprio do ator estratégico. Uma interação estratégica é, portanto, caracterizada por uma assimetria dos participantes: uma parte busca manipular a outra, não para chegar a um entendimento com ela, mas para um sucesso unilateral.

Para esclarecer o que se entende por interação estratégica, vamos colocá-la contra a noção de ação comunicativa. Se a ação comunicativa se posiciona em um compromisso com a racionalidade intersubjetiva, em que os destinatários compartilham direitos iguais para argumentar e chegar a um entendimento, a interação estratégica é um cálculo instrumental de sucesso. Aqui, a troca é distorcida em favor do uso do diálogo como uma ferramenta de controle. Claro, isso não significa que atos de fala não possam ser interação estratégica e parecer superficialmente com ação comunicativa; muitas vezes, atores estratégicos fingem busca por entendimento quando, na verdade, usam a comunicação como um meio para seus fins já fixados. Habermas (2012b) apresentou que a interação estratégica é admissível e até indispensável em alguns campos — o mercado e a esfera política — onde as pessoas frequentemente discutem sobre recursos escassos ou poder para atingir seus objetivos individuais.

No entanto, surgem problemas quando a interação estratégica se infiltra nas áreas do mundo da vida social que supostamente são consensuais, por exemplo, a esfera pública e as discussões democráticas. Intervenções estratégicas manipuladoras distorcem os processos públicos de deliberação que, de outra forma, se guiariam por meio do discurso racional e do consenso para assumir fins em si mesmos, em vez de si mesmos, pois se tornam motivos para manipulação, destruindo a capacidade da sociedade de julgar conflitos de forma justa e democrática.

Habermas (2012b) identifica dois polos entre os quais a vida social é apresentada: o mundo da vida e o sistema. O mundo da vida – como já percebemos em outros momentos dessa discussão – é esse domínio, o espaço de todas as interações comunicativas da vida cotidiana, com base em valores, normas e entendimentos culturais comuns. O sistema é instrumental, governado pela força da lógica, por meio do qual a ação é coordenada principalmente por meio de dinheiro e poder. O mundo da vida é o espaço intersubjetivo da comunicação, o sistema é o telos da coordenação instrumental.

A interação estratégica é associar-se ao sistema porque, neste domínio, as ações sociais são guiadas por objetivos práticos. As interações de mercado ocorrem entre atores que governam ações sociais compartilhadas com racionalidade prática, por exemplo, maximização do lucro individual e alcance de metas. Nesta esfera, por exemplo, as relações entre produtor e consumidor e entre rivais giram em torno dos cálculos racionais de interesse próprio, onde informações são transmitidas sobre um acordo para tentar influenciar a escolha desejada sobre os bens que estão sendo desenvolvidos. No contexto de um Estado, a interação estratégica surge por meio de discussões políticas; aqui os atores mais essenciais utilizam a comunicação como um instrumento para induzir ou empurrar seus atores políticos para sua assistência para objetivos diversos.

Habermas vê o processo pelo qual as pressões do mercado e do poder político invadem cada vez mais essas partes do mundo da vida que deveriam ser governadas pela ação comunicativa como 'colonização do mundo da vida' através do sistema. Quando os mundos da vida são infiltrados pela ação estratégica, isso distorce o relacionamento intersubjetivo de um de entendimento mútuo para relacionamentos dominados por táticas de manipulação e persuasão. Isso tem a consequência potencial de enfraquecer a coesão social e a capacidade dos cidadãos de participar efetivamente de debates democráticos.

Talvez a mais evidente das interações estratégicas surja dentro das esferas política e econômica. O *marketing* político é um exemplo claro de tal interação estratégica, pois neste campo as estratégias de comunicação cuidadosamente orquestradas são empregadas por políticos e partidos em uma tentativa de gerenciar a opinião pública e adquirir votos com base em emoções, preconceitos e informações seletivas, em vez de entrar em um debate racional sobre políticas públicas. Isso também é evidente em campanhas publicitárias no mercado de consumo, que geralmente buscam influenciar as decisões dos consumidores por meio de emoções ou por meio da manipulação de informações, em vez de promover o entendimento claro dos produtos e serviços oferecidos.

Um exemplo mais atual de interação estratégica, aqui estamos falando do século XXI, é a desinformação disseminada por meio das mídias sociais – bastante conhecida por *Fake News*. O *Twitter*, *Instagram*, *Facebook*, e a rede social mais atual, o *TikTok*, geralmente se tornam avenidas para notícias falsas ou distorcidas, que servem ao propósito de manipular a percepção pública de eventos ou personalidades políticas mais do que criar uma discussão informada. Em tal contexto, a comunicação não é para promover o entendimento, mas para influenciar comportamentos e atitudes de forma mais instrumental e geralmente em benefício de grupos poderosos.

Não é novidade afirmar que a prevalência da interação estratégica em todas as esferas da vida social prejudica a democracia e a coesão social também. Por isso, acreditamos que Habermas afirma que uma sociedade democrática saudável depende da máxima presença de uma esfera pública saudável onde a ação comunicativa seja a que prevaleça. Assim, a esfera pública é o lugar onde os cidadãos, como indivíduos, vêm e discutem questões de interesse comum e fazem reivindicações de validade e consenso racional fundamentado na razão por meio de um debate argumentativo.

Quando a interação estratégica toma conta do espaço público, essa função deliberativa é desafiada. A reivindicação de validade fica comprometida, pois a discussão é direcionada a interesses privados, a verdade é negociada em prol de sua apresentação e o impulso para o consenso é substituído pela batalha para “ganhar” a comunicação, política, econômica ou de mídia. Isso resulta em uma confiança em ruínas nas instituições democráticas e uma sociedade polarizada porque os participantes racionais em um debate não são mais vistos, mas alvos a serem manipulados por campanhas estratégicas.

Habermas (2012b) não vê a *interação estratégica* como essencialmente má ou sempre negativa, mas atribui a ela um papel legítimo e, em alguns casos, inevitável — em aspectos como relações de mercado e negociações políticas. Ele propõe que tal interação permaneça exclusiva do domínio sistêmico e não invada o mundo da vida. A dificuldade surge quando essa versão instrumental da ação comunicativa assume regiões supostamente dirigidas pela ação comunicativa, como a esfera pública, o debate político ou a vida cotidiana.

A defesa de Habermas foi por meio do aprimoramento das condições da ação comunicativa, principalmente na esfera pública. Isso busca garantir a criação de espaços onde deliberações racionais e inclusivas dos cidadãos possam ocorrer sem serem ameaçadas pelas pressões sistêmicas. Para isso, as instituições democráticas devem aumentar a transparência, a liberdade de expressão e o acesso igualitário no debate público. A educação crítica para a cidadania e a alfabetização midiática fazem com que as pessoas resistam à manipulação e participem ativamente e de forma informada do discurso social e político.

Ademais, conforme o que já foi abordado até aqui, podemos compreender que, em Habermas, a *interação estratégica* constitui um sistema de ação guiado pelo cálculo do sucesso da direção — isto é, o uso instrumental da comunicação em oposição à ação comunicativa orientada para alcançar o entendimento. Embora legítimo em domínios como a economia ou a política, o domínio da ação estratégica em áreas supostamente governadas pelo discurso racional pode perverter os sistemas de comunicação formadores de opinião pública e, portanto, a democracia. Habermas alerta contra os perigos de tal colonização e pede o estabelecimento de condições sob as quais as forças para a ação comunicativa, com discussão racional e busca por consenso legítimo, possam prosperar.

Ação comunicativa *versus* interação estratégica

As duas formas de ação ou interação na sociedade, “interação estratégica” e “ação comunicativa”, como percebemos, desempenham o papel mais fundamental na teoria de Habermas (2012a, 2012b), definidas em torno dos diferentes tipos de ação social que revelam diferentes relacionamentos entre as pessoas por meio da interação. A ação comunicativa visa encontrar significado compartilhado e alcançar a coordenação de ações com base no consenso racional; a interação estratégica busca objetivos individuais ou coletivos, fazendo uso instrumental da comunicação. Uma diferença como essa, conforme discutido anteriormente, pode fazer diferenças muito importantes para a natureza da organização das interações sociais e para as possibilidades de manter a coesão social e a democracia intactas e não distorcidas.

Por isso, acreditamos ser importante, nesse momento, traçar uma comparação entre esses dois modos de ação, discutindo suas principais diferenças estruturais e o que isso implica para a organização das sociedades modernas. Além disso, nos auxiliará na compreensão de como a presença dominante de um ou outro tipo de interação pode impactar o nível da esfera pública, a legitimidade democrática e a qualidade do diálogo social. Esse contraste não se aplica apenas às dimensões teóricas, mas também às dinâmicas reais de poder, manipulação e resistência nas relações sociais.

A diferença mais evidente entre ação comunicativa e interação estratégica está nas intenções. Ação comunicativa se refere a situações nas quais os parceiros de interação entram em interação com o propósito de alcançar entendimento compartilhado. Ou seja, eles estão preparados para discussão, argumentação e modificação de seus planos em favor de um acordo racionalmente motivado. Como foi mencionado, a ação comunicativa é baseada em três reivindicações de validade: verdade, correção normativa e veracidade. Para isso, os sujeitos envolvidos se reconhecem como parceiros válidos e iguais na interação, com base no diálogo e na cooperação. Tal orientação é para alcançar uma ação coordenada, baseada em normas compartilhadas e confiança alcançada envolvendo respeito e justiça para todas as partes.

Na interação estratégica, no entanto, a comunicação serve fundamentalmente a um propósito diferente. Em vez de ser um mecanismo para alcançar entendimento mútuo, a conversa é usada como um meio de fazer as coisas serem feitas por pessoas que muitas vezes não estão comprometidas com a verdade do assunto afirmado ou com as normas estabelecidas adequadas. Direcionada para influenciar ou manipular outros para ter sucesso, em vez de realizar interação generalizada com outros interessados. Os atores podem usar as alegações de validade da ação comunicativa como fachada, fingindo que seus objetivos são consistentes com a correção básica encontrada nas regras do discurso, mas na verdade buscando seu interesse em obter um resultado específico. Nela, a cooperação dá lugar a um cálculo de vantagem, com o outro não sendo um igual no diálogo, mas tratado apenas como uma ferramenta para atingir os fins separados do ator.

O poder de comunicar é uma diferença fundamental entre a ação comunicativa e a interação estratégica. Assim, onde a ação comunicativa está envolvida, as relações de poder são minimizadas ou, em um mundo ideal, não haveria relações de poder. A ação comunicativa deve buscar um consenso legítimo pelo qual todos os participantes do diálogo têm o mesmo direito de falar, reivindicar validade ou desafiar um argumento. Ela forma a base para a comunicação adequada para Habermas; a ação comunicativa autêntica é mais bem alcançada quando os participantes da conversa estão livres de manipulação e coerção. Além disso, a força de um argumento deve determinar a direção do curso inevitável da ação em contraste com a força da autoridade. Isso define a ação comunicativa como uma interação que pode trazer emancipação social, pois, por meio dela, normas estabelecidas e sistemas de poder existentes podem ser revisados e questionados.

Conseqüentemente, a interação estratégica é tipicamente estruturada pelo poder. A comunicação é usada pelos interagentes para influenciar os outros e, em algumas ocasiões, até mesmo manipulá-los para servir aos seus objetivos. A interação estratégica pode ser percebida como um tipo latente ou aberto de coerção em que o poder, sem dúvida, leva suas probabilidades sobre os destinos das comunicações. Tomemos, por exemplo, conversas políticas ou o campo empresarial; a posição superior ou o poder político de um ator pode ser usado para pressionar outros a cederem às suas demandas, independentemente do mérito de suas razões. Aqui, a assimetria calibra o diálogo e frustra as chances de resistência ou desafio normativo. Uma interação estratégica fortalece em vez de minar as estruturas de poder existentes.

A terceira diferença importante entre ação comunicativa e interação estratégica consiste na transparência com a qual os interlocutores revelam suas intenções e na sinceridade com a qual a comunicação está sendo realizada. Na ação comunicativa, a honestidade pertence às três reivindicações fundamentais de validade. Os interlocutores que participam do discurso comunicativo precisam ser honestos e diretos sobre suas intenções, sentimentos e crenças para que a verdade das proposições possa ser testada sem engano. Como o entendimento mútuo não pode ser acordado como uma meta alcançável quando ambas as partes devem ter fé na honestidade e abertura uma da outra, é essencial que a honestidade prevaleça.

Durante a interação estratégica, a transparência e a honestidade são frequentemente sacrificadas para fechar um acordo. A comunicação estratégica pode compreender a ocultação dos propósitos de alguém, uso seletivo de

informações ou até mesmo manipulação de fatos para influenciar os outros. Esse tipo de comunicação é estratégico no sentido de situações competitivas; como campanhas publicitárias ou eleições políticas, onde os atores estratégicos querem moldar como os outros veem a si mesmos e ao mundo em suas próprias percepções de interesse. O uso de desinformação e táticas de persuasão prejudica o nível de sucesso individual, tanto que esses atos tornam a comunicação menos transparente e aberta com a perspectiva de diluir o diálogo honesto e significativo. O próprio Habermas afirma que,

O agir comunicativo distingue-se, portanto, do agir estratégico pelo facto de uma coordenação de ações bem-sucedida não se apoiar sobre a racionalidade orientada para fins dos planos de ação sempre individuais, mas sobre a força racionalmente motivadora de realizações de entendimento, ou seja, sobre uma racionalidade que se manifesta nas condições em que um consenso pode ser alcançado de um modo comunicativo (Habermas, 2004, p. 85).

Essa diferença entre ação comunicativa e interação estratégica tem implicações de longo alcance em relação à vida política e à esfera pública nas sociedades contemporâneas. Assim, como argumentado anteriormente, a ação comunicativa está no cerne de qualquer democracia real e viva. As questões que Habermas viu os cidadãos discutindo — questões de interesse comum, normas e políticas — supostamente constituem a esfera pública com base em interações comunicativas. Elas são conduzidas em termos de apresentação de razões, transparência e consenso racional. Para Habermas, então, a ação comunicativa se destaca como um modelo ideal para aqueles debates públicos nos quais as decisões coletivas encontram sua legitimação principalmente na qualidade dos argumentos oferecidos e, secundariamente, no reconhecimento mútuo por parte dos participantes.

A qualidade do debate democrático é comprometida quando questões de interação estratégica tomam conta da esfera pública. Em vez de trocas livres e racionais, há jogos de manipulação, manobras de desinformação e defesa de interesses privados contra o bem comum. Isso pode causar uma perda de credibilidade para instituições democráticas porque as decisões não são mais percebidas como emergentes de um acordo racional, mas de mais um jogo de poder. Propaganda política baseada em slogans vazios, propaganda emocional e até mesmo agressões pessoais é como a interação estratégica distorce a comunicação pública.

Um nível crucial de distinção entre ação comunicativa e interação estratégica refere-se às questões de reivindicações de validade ou o que está em jogo para os dois. Conforme desenvolvido com a ética do discurso, as normas são válidas se e somente elas podem ser aceitas por todos os envolvidos como razões, a serem endossadas pelo discurso racional. Por isso, a ação comunicativa realiza a concepção de justiça baseada na reciprocidade e igualdade de todos os participantes e, consecutivamente, as normas sociais ou políticas decorrentes da ação comunicativa ganham força porque a racionalidade as escolheu no próprio processo da prática democrática.

A interação estratégica funciona em um domínio que está fora dos padrões éticos, pois, nesse sentido, ela se concentra em resultados e não na extensão em que os meios são legitimados para a obtenção desses resultados. A comunicação estratégica pode, portanto, violar princípios de justiça por meio da manipulação de como os outros percebem algo ou de contornar áreas relevantes para uma situação.

Por outro lado, a ação comunicativa, falando eticamente, apoia um mundo da vida baseado na democracia e na justiça, onde as regras surgem de uma ingestão normativa e de um processo deliberativo coletivo inclusivo; por outro lado, a interação estratégica pode promover essas desigualdades e reforçar a dominação, uma vez que não considera os interesses de forma equitativa para todas as partes envolvidas.

Portanto, Habermas (2012b) alerta sobre a colonização do *mundo da vida* pelo sistema em sua discussão sobre interação estratégica. Houve um aumento constante nas formas desenvolvidas de interação estratégica em áreas pertencentes ao que deveria ser governado pela ação comunicativa, especificamente a esfera pública e a vida familiar. Um enfraquecimento da solidariedade social e a vulnerabilidade da capacidade de resolução de conflitos condicionalmente ao consenso resultam quando a lógica instrumental e o cálculo estratégico prevalecem no espaço público. Esse é o único momento em que a razão emancipatória suprime potenciais interações comunicativas. Tal sociedade seria, portanto, uma em que os relacionamentos dependem de interesses estratégicos e não de respeito mútuo e acordo racional.

A comparação habermasiana que traçamos aqui, entre ação comunicativa e interação estratégica, revela dois modos profundamente diferentes de ação social com suas próprias lógicas, objetivos e implicações relacionadas. Onde a ação comunicativa é baseada no diálogo racional e na busca por entendimento mútuo, a interação estratégica tende a ser guiada por considerações de sucesso individual e usos instrumentais da comunicação. Apesar de haver um lugar para ambos na vida humana, a preponderância da interação estratégica em várias esferas, por exemplo, a pública ou a política, pode ameaçar diretamente a legitimidade democrática e a coesão social. Deste modo, Habermas nos aconselha que a ação comunicativa precisa pelo menos ser mantida robusta e, portanto, fortalecida onde a deliberação e o debate desempenham um papel fundamental na busca pela justiça social e pela democracia.

Considerações finais

A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, à qual voltamos-nos neste artigo, realiza um exame crítico e detalhado da interação social, diferenciando-a da comunicação instrumental e estratégica, realizada na maioria dos tipos modernos de interação social. O autor coloca o discurso e a ação comunicativa nas bases dos processos de construção de consenso racional e legítimo, enfatizando, assim, o papel da consulta não coagida e ao mesmo tempo inclusiva que, para ele, está no cerne da coesão social e da democracia. O potencial emancipatório é visto mais explicitamente na ação comunicativa, porque a argumentação racional pode oferecer uma força de resistência contra a manipulação e a dominação que resultam da interação estratégica.

A interação estratégica, por sua vez, guiada pelo sucesso individual e pela instrumentalização da comunicação, nos é apresentado como algo correto em contextos específicos, especialmente nas esferas econômica e política. Mas sua extensão à esfera pública representa um risco contra a legitimidade democrática ao distorcer o espaço deliberativo para o debate racional e transformá-lo em um jogo de poder e manipulação. O próprio Habermas alerta contra os perigos de colonizar a esfera pública por essa mesma lógica, que apenas compromete a confiança tanto nos processos deliberativos quanto nas instituições democráticas.

Uma das principais defesas que observamos em Habermas, é o renascimento da esfera pública como um lugar para deliberação racional, destacando a necessidade de proteger e aprimorar a ação comunicativa em vidas faladas. Como ele, compreendemos que é preciso limitar a interação estratégica até certo ponto, de modo a garantir que as esferas social e política mantenham a preferência pela comunicação consensual, na qual a racionalidade comunicativa encontra indispensabilidade nas reivindicações de justiça social e emancipação.

Dessa maneira, então, a teoria de Habermas apresenta uma estrutura analítica por meio da qual fenômenos como polarização, desinformação e instrumentalização podem ser compreendidos. Os resultados da ação instrumental podem ser contrastados em termos de seu sucesso, mas são considerados como exigindo urgentemente uma reavaliação do lugar do sucesso instrumental na construção de uma orientação mais justa, democrática e intersubjetiva. Por fim, onde um tipo de comunicação domina o outro, as consequências sociais e políticas são sérias, e um equilíbrio ponderado em direção à deliberação democrática e à justiça social é urgentemente necessário.

Referências

- AUSTIN, John Langshaw. **Quando Dizer é Fazer Palavras e Ação**. Traduzido por Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BETTINE, Marco. **A Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas: bases conceituais**. São Paulo: Edições EACH, 2021.
- HABERMAS, Jürgen. **Pensamento Pós-Metafísico: ensaios filosóficos**. Traduzido por Lumir Nahodil. Coimbra: Almedina, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução de Paulo Astor Soethe; revisão da tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 2: sobre a crítica da razão funcionalista**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.
- HABERMAS, Jürgen. **Fundamentação linguística da Sociologia: obras escolhidas de Jürgen Habermas**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- SEARLE, John Rogers. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Recebido em: 09/2025

Aprovado em: 01/2026